Revista do

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Fundado em 1894, reconhecido de utilidade pública pela Lei n. 11 de 13 de agosto de 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti in praesens validusque in veniens stimulus





N.º 82 1958-1960

Jornalismo na Bahia: 1875 - 1960

Aloísio de Carvalho Filho

Palestra no Instituto Histórico, em sessão de 4 de março de 1960, comemorativa do 85°. aniversário do "Diário de Notícias"

Quando o "Diário de Notícias" começou a circular, em 1875, a imprensa da capital baiana contava com o "Diário da Bahia", o "Jornal da Bahia" e o "Correio da Bahia". Aquele vinha do ano de 1856, a princípio sem filiação partidária, embora por políticos liberais redigido, e a partir de 1868 transformado em órgão da facção liberal. Os outros dois representavam o pensamento dos conservadorees, sendo que o "Correio" o do grupo dissidente. Não viveu êste "Correio da Bahia" mais do que sete anos, dirigido, em determinado período, por Aristides Milton e Artur Rios, que seriam, depois, deputados pela Bahia ao Congresso Constituinte Republicano, ascendendo o segundo à presidência da Câmara Federal. O "Jornal da Bahia", porém, duraria mais de dois decênios, isto é, de 1853 a 1878, sendo, no ano seguinte substituído pela "Gazeta da Bahia" que, por sua vez, em 1890, daria lugar ao "Estado da Bahia" (não estivessemos, já, na República), o qual iria até 1897, como tudo nos informam João Torres e Alfredo Carvalho, no precioso volume dos "Anais da Imprensa da Bahia".

Ao tempo do aparecimento do "Diário" tinham deixado de existir jornais que granjearam notoriedade na província por circunstâncias especiais, como, dentre outros, "O Guaycurú" (1843), desenganadamente antimonárquico, e "O Século" (1848) primeiro órgão dos liberais, onde escreveu e fêz política o ilustre Dr. João José Barbosa de Oliveira, que viria a ser o pai de Rui Barbosa.

A política partidária era, como se vê, uma das fôrças, senão a principal, da aparição, florescimento e desaparecimento, na conformidade de eventuais interêsses ou necessidades, dos órgãos de publicidade. Marcou, por assim dizer, exceção, digna de todo realce, o "Diário de Notícias", apresentando-se inteiramente alheiado da política. Seu fundador, o súdito português Manoel Lopes da Silva Cardoso, que chegara à Bahia, pela primeira vez, aos onze anos de idade, a chamado de parentes já aqui domiciliados, imaginou instalar a imprensa rigorosamente noticiosa, tomando por modêlo, até no nome, o "Diário de Notícias" de Lisbôa. O exemplo seria, aliás, imitado, porquanto menos de um qüinqüênio depois outra fôlha se fundava, intitulando-se, também, de notícias, ("Jornal de Notícias" — 1879) e prometendo "absoluta neutralidade nas lutas dos partidos".

Era uso, então, inculcarem os jornais, logo pelo batismo, a missão política, crítica ou puramente literária, a que se propunham. Os do último tipo indigitavam por idêntico meio a tendência circunspecta ou galhofeira. Ninguém, por certo, duvidaria das intenções do "O Abolicionista", nem dos propósitos, mais do que evidentes, de um jornal que se nomeava "A República Federal" e de outro que, já proclamada a república federativa, mas ainda não de todo contidos os pruridos de restauração, se declarava, enfàticamente, "O Republicano" (1897). E quanto ao mais, periódicos como "O Pantheon", "O Album", "Nova Cruzada", "O Papão", para só falarmos de alguns que recrearam os baianos na última década do século passado e na primeira do em curso.

GAZETA DA TARDE

Se as campanhas políticas, não mais que as cisões partidárias, insuflavam o advento de jornais, a mesma contingência a êles impunha curta existência, finalizada, quase sempre, com a vitória por que pelejavam. É o caso da "Gazeta da Tarde", onde Pamphilo da Santa Cruz batalhou pela causa dos escravos. Dêsse reduto do abolicionismo se disse, com justiça, que não houve, ali, muitas vêzes, "dinheiro para pagar as férias ou o papel, mas nunca faltou a intransigência para resistir ao subôrno ou à ameaça".

A REPÚBLICA FEDERAL

Outro periódico que viveu quanto suficiente para servir o seu ideal foi "A República Federal", órgão semanal do Clube Republicano Federal e, depois, do partido republicano. Aí, desde início, trabalhou Cosme Moreira, de quem, à beira do túmulo, aberto na flor dos trinta anos, afirmaria Braz do Amaral haver sido "a mais intemerata alma republicana" que conhecera e que a Bahia possuíra. Posteriormente, ao recordar os episódios da instauração do regime nesta província, asseve-

rou o mesmo Braz do Amaral que a fôlha tirava mil e quinhentos exemplares, e só era lida pelos sócios do clube, por estudantes e por diminuto numero de empregados no comércio, ocorre-nos acrescentar que pelos moços, na quase totalidade. Em todos os números, aliás, registrava os nomes dos que se iam filiando ao grêmio republicano, omitindo, é óbvio, "os dos empregados públicos e militares para lhes poupar vexames", esclarecia o sempre crido memorialista.

O MONITOR

Também existência efêmera teve "O Monitor". Mas a lembrança do que foi, do que disse, dos debates que suscitou, é perene nos fastos da imprensa indígena. Os motivos dessa imortalidade, afóra a circunstância de haver o jornal nascido de uma ruidosa cisão das hostes liberais, causando o afastamento da redação do "Diário da Bahia" de alguns dos seus distinguidos elementos ,podem ser resumidos a duas polêmicas que dali se travaram, uma política, outra literária, ambas de intensa repercussão pública. Desencadeou a primeira um discurso de Rui Barbosa na Assembléia Provincial, a que retrucaram os dissidentes desembargador Luís Antônio e Belarmino Barreto, que tinham vindo do "Diário" para o "Monitor". Do outro memorável recontro foi figura principal o citado Belarmino, que entendeu adotar as restrições levantadas pelo brigadeiro Hermes Ernesto da Fonseca à comemoração preparada para o decenário da morte de Castro Alves. Farejando na cerimônia intenções de afirmação abolicionista (corria o ano de 1881), houve por bem o comandante das Armas estranhar a homenagem, porque, com ela, preteria a Bahia outros filhos, assim imerecidamente desprezados. A comissão da festividade aceitou o desafio e pelas colunas do próprio "O Monitor", que lhe foram dignamente abertas, consagrou Castro Alves o maior poeta que a Bahia já produzira, enquanto o definia, sem rebuço, "uma das personificações mais fulgurantes da causa do abolicionismo".

NO DEALBAR DO SÉCULO XX

Estavam em campo, alvo de preferências gerais, o "Diário da Bahia", o "Diário de Notícias" e o "Jornal de Notícias", êstes dois equidistantes das facções e o primeiro cumprindo o destino, a que, sob diversos donos, jamais faltaria, de órgão político. Jornais surgiram, é certo, nas décadas de 1890 a 1910, vinculados uns, como sempre, a interêsses partidários, aparecidos outros com o juramento de neutros e promessa formal de noticiosos, o que a alguns não impedia terminassem comprometidos, também, nas lutas locais.

É de 1896 "A Bahia", congregando, sob a direção de Castro Rebelo Júnior, político e poeta, homens de imprensa experimentados como Virgílio de Lemos, Xavier Marques e Raimundo Bizarria. Em 1904 e

até 1911, encarnou o pensamento oficial, nas administrações J. Marcelino e Araújo Pinho. As perturbações da ordem de que foi teatro a capital em janeiro de 1912, relacionadas com a sucessão do Estado, não lhe pouparam as instalações materiais, encerrando-se nêsse condenável episódio a sua circulação. Por seu lado, os que obedeciam à orientação de Severino Vieira, Governador de 1900 a 1904, estavam de posse, desde 1 de janeiro de 1901, do "Diário da Bahia" em cujas ameias se conservariam até a morte do chefe, em 1917, nêsse período constituindo restrito grupo, a quem o ostracismo não enfraqueceu o ânimo.

Como temos acentuado, para a imprensa escrita confluia e dela defluia tôda a paixão dos embates políticos, antes que se multiplicassem, como hoje, os instrumentos de comunicação do pensamento e antes que se vulgarizassem as reuniões a céu descoberto. Com a facilidade, que as condições econômicas e sociais então consentiam, de estabelecer-se um prelo, em qualquer esquina de rua ou porta de casa, acontecia, às vêzes, que o jornal era o homem, cujo nome costumava, mesmo, ser o exclusivamente invocado nas referncias ou conversações de intimidade. Assim, o jornal do Zama, e, em proporções menores, porém no mesmo sentido, o jornal do Cerquinho: êste, o "Jornal Pequeno" (1910), de Isaac Cerquinho, um gorducho pernambucano de sangue na guelra, que errou por aqui, cremos que tangido pelas agitações políticas do Recife, e aquêle, o "Pequeno Jornal"', comprado, em 1890, pelo tribuno e deputado federal César Zama, tão temido pela pena quanto pela eloqüência verbal.

Do mesmo passo que se formava, em cada conjuntura, a imprensa situacionista, organizava-se a da oposição, esta, como é intuitivo, muito menos provida de recursos de subsistência, embora rica, como a outra, de substância humana. Haja vista que mal os paredros severinistas se transferiram, com tôda a redação, do "Correio de Notícias", onde militavam, para o "Diário da Bahia", onde sustentariam fôgo, defendendo o recém-inaugurado govêrno, prepararam-se, prontamente, para a refrega, os adversários, originando-se daí o "Correio da Tarde", onde escreveu Arlindo Fragoso, e o "Correio do Brasil", onde, no pôsto de redator-chefe, se exercitaria para mais renhidas lides jornalísticas o jovem médico Pinto de Carvalho.

Por essas alturas, consolidava-se uma corrente política personificada no sr. J. J. Seabra, ministro da Justiça com Rodrigues Alves. Aliados aos vianistas (legionários de Luiz Viana, governador de 1896 a 1900) ocuparam os seabristas posição na "Gazeta do Povo", com Antônio Moniz, Otávio Mangabeira, Xavier Marques, já consagrado escritor, Simões Filho e outros. A "Gazeta do Povo" vinha de 1905, vespertino político, sem colorido partidário, tendo, então, por proprietário Virgílio de Lemos. Perdurou no govêrno Seabra, servindo, duplamente, de órgão partidário e de órgão oficial, até que em 1915 perdeu o último

atributo para o "Diário Oficial" do Estado, que se inaugurava e deixando, afinal, de circular, por substituído, nos encargos partidários, pelo "O Democrata". Na "Gazeta do Povo" esteve em dado período, Pinto de Carvalho, que logo após o "Correio do Brasil", secretariava "O Norte", ao lado de Antônio Moniz e de Rodrigo Brandão, sob a chefia de Joaquim Pires, advogado, depois deputado federal. Do "O Norte", de rápida existência, pôde Antônio Moniz, no livro "A Bahia e os seus Governadores na República", dizer que "fêz época na imprensa da Bahia". E não exagerava.

Enquanto isso, resistiam aos enleios da política militante, conquistando a legenda de órgãos conservadores, o "Diário de Notícias" e o "Jornal de Notícias", êste, não obstante, amparando com as suas francas simpatias a candidatura Seabra ao govêrno, em 1912.

A forte emulação profissional que entre os dois se estabelecera, ambos vespertinos, ambos neutros, ambos lùcidamente opinantes, foi inegàvelmente benéfica à imprensa indígena, pelo estímulo geral de melhoramentos materiais, como pela preocupação, que também aos jornais menores se estendia, do enriquecimento do quadro de redatores e do de colaboradores. Alguns dêstes foram recrutados no estrangeiro, como ao "Diário" e ao "Jornal" ocorreu fazer, em ocasiões diversas, divulgando, rèspectivamente, artigos originais, por exemplo, de Augusto de Castro e de Abel Botelho. Pelos começos do século Coelho Neto apareceu nas colunas do "Jornal de Notícias", em colaboração razoàvelmente remunerada, a que, todavia, não se alude no livro informativo de Paulo Coelho Neto.

Ainda em ambos os "conceituados" jornais, para repetirmos um qualificativo muito usado em seu louvor, era vivíssimo o empenho de não limitarem à capital a sua influência, animando, portanto, o mercado do interior, através da clientela de assinantes, vários dêles retardando o pagamento, não porém, a reclamação pelo extravio no correio. De como os diários da capital e os dos Rio eram àvidamente aguardados pelas populações baianas distantes deu-nos o Prof. Isaías Alves, recentemente, na seguinte passagem do seu estudo sôbre a "Vocação pedagógica de Rui Barbosa", um depoimento que traduz a própria experiência no círculo familiar, em Santo Antônio de Jesus: "Entre 1899 e 1902, as manhãs de domingo, quarta-feira e sexta-feira eram esperadas pelo preadolescente, com alto interêsse por causa dos jornais que chegavam da Bahia, ou do Rio. Do "Jornal de Notícias" a coluna em versos de Lulu Parola era o primeiro contacto com a inteligência da Capital. Havia na imprensa da época uma atitude didática em que, no artigo de fundo ou na coluna humorística, o cidadão do interior bebia o vinho comunicante do seu credo".

O trecho realça, com felicidade, a importância que o leitor concedia ao artigo editorial, lançado, ordinàriamente, na coluna de abertura da fôlha, bem assim à parte humorística, como a secção "Na Flauta", de "Zé Gangolim" (Antônio Henriques de Casais), no "Diário de Notícias", e o "Cantando e Rindo", de "Lulu Parola" (Aloísio de Carvalho), no "Jornal de Notícias". Não era de estranhar o gôsto pela nota crítica, sob o disfarce do gracêjo: a tradição oral tinha ainda presente o célebre rodapé do "O Monitor", iniciado, em prosa, pelo Dr. Antônio Eusébio, e prosseguindo, em versos do melhor tempêro satírico, pelo Dr. Antônio Alves de Carvalhal, componentes, os dois, da ilustrada redação daquêle extinto matutino. E o poeta Manoel Rosentino, inditosamente falecido aos trinta e três anos, deixara saudades, com a sua "Lira Boêmia", na primeira "Gazeta de Notícias" (1894).

Ao interêsse pelos dois tipos de iguaria intelectual junte-se, com pertinência a certas categorias de ledores, o atrativo pelo folhetim, também obrigatório, reproduzindo, como o fariam os futuros filmes em série, obras primas da novelística univeral, em cuja seleção se esmeravam os jornais patrícios, sobretudo os dois em pauta. Presenciamos em casa, mais de uma feita, diante dos avisos de que o romance do "Jornal" chegava ao fim, criar-se o problema de sua substituição: prevalecia, a bem dizer, o critério de que fôsse leitura ora para as moças, ora para o povo. E compreendia-se a razão: as moças, porque as normas rotineiras de educação ainda lhes não permitiam livre acesso a tôdas as fontes; o povo, porque com o vintém ou o tostão do jornal ficava conhecendo o que por preço mais alto lhe não fôra dado alcançar. Vez por outra, todavia, a contribuição era genuina da terra. Ainda em 1921, D. Ana Ribeiro, poetisa e escritora, dava à publicidade o romance "Abigail" em folhetins do "Diário da Bahia", cujo redator-chefe era, na ocasião, seu mui afeiçoado neto Clemente Mariani.

Se outras virtudes não possuissem, teriam, pois, o "Diário da Bahia", o "Diário de Notícias" e o "Jornal de Notícias" a da longevidade, o que, em tema de imprensa, significa merecimento. Coube ao

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

a fortuna de sobreviver aos dois confrades de mais prolongada companhia, e, outrossim, aos demais desde a época em que Lopes Cardoso, e, por morte prematura dêste, Eduardo De-Vecchi assentaram, pacientemente, os alicerces do arrojado empreendimento.

Para o editorial de crítica ou de doutrina dispôs, invariàvelmente, de articulistas de fôlego, celebrados entre os nossos melhores de qualquer tempo, Raimundo Bizarria, Virgílio de Lemos, Odilon Santos, Xavier Marques, Carlos Brandão, Américo Barreira, para só apontarmos mortos. O gôsto de alguns pela arremetida pessoal não se deve es-

criturar em seu desfavor, levando-se em conta a virulência de que deu sobejas mostras, em numerosas oportunidades, o "Diário da Bahia". De resto, havia nos responsáveis pela manifestação do pensamento do jornal o indisfarçável propósito de o ajustar à índole conservadora, que em tôdas as secções sobressaia. Daí, a impressão de jornalismo conceituoso e dogmático que se recolhia, com freqüência, daqueles artigos "de fundo", elaborados ao ensêjo dos acontecimentos correntes.

Momentos trepidantes de combatividade atravessou o "Diário de Notícias" sob Altamirando Requião, que, em 1919, ascendeu de seu redator a proprietário e diretor, conduzindo-o por entre os perigos de uma fase tumultuosa da política estadual. Integrado, na família baiana dos "diários associados", irmanando-se ao "Estado da Bahia", que nessa qualidade o precedeu, a modernidade do seu aspecto e a juvenilidade que lhe imprimiu, nos mínimos pontos, a direção de Odorico Tavares, não fazem presumir a idade que tem. Como vão longe, a qualquer luz, os dias em que, com o dinheiro que anunciantes e assinantes anteciparam, em confiança, e com uma máquina impressôra cedida a crédito, e com um homem redigindo, sòzinho, todo o texto, saía e triunfava o "Diário de Notícias"! Quanto ao

DIÁRIO DA BAHIA

divide Pedro Calmon a sua antiga existência em quatro fases distintas: a de Demétrio Tourinho, Landulfo Medrado, liberais históricos; a do Conselheiro Dantas; a de Augusto Álvares Guimarães e seus sucessores; e, de 1901 a 1917, a de Severino Vieira.

O espaço áureo, sem desprimor dos outros, é aquêle sob a égide do querido chefe liberal Cons. Manoel Pinto de Souza Dantas. É o período de Leão Veloso (pai), de Rodolfo Dantas, de Antônio Eusébio, Belarmino Barreto, Sátiro Dias, Constâncio Alves, Rui Barbosa, que chega a diretor com 24 anos. Uma plêiade como, talvez, nenhum outro jornal baiano houvesse reunido, alguma vez. Na fase imediata cintila Manoel Vitorino, em colaboração prenunciativa do bravo jornalista que alcançaria renome nacional na oposição à presidência Campos Sales. E desfilam depois Torquato Bahia, Belarmino de Andrade, Odilon Santos, Severino Vieira, Odalberto Pereira, Eduardo Saboia, Carlos Brandão, Aurelino Leal, Carlos Ribeiro, Medeiros Neto... A morte inesperada de Severino é como um divisor: o pugilo remanescente tenta guardar o baluarte de vinte anos de luta acérrima. Mas em vão.

Em 1921 o "Diário da Bahia" ressurge em novos moldes, sob a direção de Henrique Câncio, que na sua redação figurara ao abrir do ciclo severinista, subscrevendo, com a letra K, os "Trechos", tornados popularíssimos, mòrmente depois que o cronista os transferiu para "A

Tarde", de cujo corpo dirigente, em 1912, participou. Propriedade do jornalista Geraldo Rocha, radicado no Rio, foi o "Diário" o campeão da Reação Republicana entre nós, por êsse dever entestando com "A Imprensa", folha diária que se fundou em 1922, sob os auspícios de Aurelino Leal, vindo à Bahia depois de longa ausência, para o preconício da candidatura presidencial Artur Bernardes. Seria extremamente curta a estada de Cândio no "Diário". Já em meados de 1925 nôvo diretor era designado pelo proprietário, o qual, em breve, desinteressando-se de um jornal na sua terra, passou-o a outros donos. Através de vicissitudes e interregnos, feito órgão oficioso, — após a reconstitucionalização do País, — do núcleo baiano do Partido Social Democrático, extinguiu-se o "Diário" há perto de três anos, por embaraços financeiros irremovíveis, com êle desaparecendo a mais gloriosa tribuna política da nossa imprensa.

Por seu turno, distinguia-se o

JORNAL DE NOTÍCIAS

pela vivacidade das secções editoriais e do noticiário, e, principalmente, pela moderação no trato dos problemas políticos ou de interêsse público. A moderação não lhe anulava, contudo, a presteza do revide, na hipótese de provocado ou desmentido. Nem a vivacidade lhe prejudicava a segurança do comentário ou do informe.

Tinha os seus adeptos, como os tinha o "Diário de Notícias", isto é, acima de contingências partidárias. Adeptos, a ambas as vistas tão fiéis com os de um clube esportivo, hodiernamente. Antes que o rádio, graças à comunicação instantânea que lhe é viável, houvesse roubado às gazetas a prerrogativa da novidade, era em torno do chamado "furo de reportagem" que, na mór parte, se afirmava o prestígio de um jornal na massa dos leitores. Bem o comprovavam o "Jornal de Notícias" e o "Diário de Noícias", nunca desatentos ao ponto.

Possuiu o "Jornal" um noticiarista, Alfredo Requião, reconhecidamente repórter-nato. Ninguém, acaso, lhe disputava a primazia nas reportagens mnemônicas, como ninguém, talvez, o superasse no registro dos fatos de sociedade, o que hoje se denomina, com outros estilos e outro temperamento, de crônica social.

As dificuldades da guerra mundial de 1914 não deixaram à firma Aloísio de Carvalho & Irmãos, desde 1890 proprietária do "Jornal", tempo hábil para recuperar-se das despêsas com a reforma material introduzida em 1910, quando importada da Alemanha uma máquina rotativa de moderno tipo. Em janeiro de 1917 assumia a sua responsabilidade, por compra, uma sociedade anônima, composta de negociantes e de capitalistas, reeditando-o como matutino. Por volta de 1920, desaparecia.

REPÚBLICA VELHA E REPÚBLICA NOVA

As pugnas políticas continuariam, pelos tempos vindouros, inspirando a atividade de vários jornais que se fundam. A campanha sucessória de 1912 justificou, como dissemos, a criação da "A Imprensa". No comêço da administração Seabra reaparece, para apoiá-la, a "Gazeta de Notícias", sob a direção de José Alves Requião, com Rafael Spínola, Carlos Chiacchio e outros. Em 1913, é a vez do "O Estado", com Virgílio de Lemos e Homero Pires, reunindo, em tenaz combate ao seabrismo, os antigos marcelinistas. Em julho de 1918 surge "O Tempo", devotado à defêsa da situação dominante. Aí, Manços Chastinet manteve, sob o pseudônimo de "Timan" uma secção de versos humorísticos, que aos editoriais ajudava na resistência à vigorosa oposição, agora acrescida pelo fato de "A Tarde" haver rompido com o govêrno Antônio Moniz, cujo início, aliás, ocorrera em ambiente de trégua. Não se poderá ocultar a atuação, na mesma linha, de uma gazeta das mais veementes de que há memória na imprensa baiana, "A Hora", do infortunado jornalista Artur Ferreira.

Durante o decênio de 20 a 30 nasce, em setembro de 1926, para oposição ao govêrno Goes Calmon, "O Jornal", que, logo aberta a questão presidencial, seria, — chefiado pelo professor de engenharia Leopoldo Amaral, — órgão dos elementos seabristas, adeptos da candidatura Getúlio Vargas. Vitoriosa a revolução, e empossado na interventoria, e, em seguida, no govêrno constitucional, o então tenente, depois capitão Juraci Magalhães, a luta se extrema entre dois grupos, o dos juracisistas e o dos apelidados "autonomistas", êstes dispondo, livremente, das colunas da "A Tarde", e aquêles do "Diário da Bahia", a cuja frente estava, agora, Pacheco de Oliveira, e da "A Bahia", de que era diretor o médico clínico Átila do Amaral.

No curso dos derradeiros vinte anos da velha República merecem menção entre os jornais alheios a compromissos partidários, e de fugaz trajetória, o "Jornal Moderno", "O Correio", "A Notícia", "A Cidade", "A Manhã" e "A Noite", todos, salvo o último, anteriores a 1920; o primeiro, de iniciativa do advogado Metódio Coelho; o segundo, redigido por Almáquio Diniz, professor de direito e publicista; o terceiro, menina dos olhos de Artur Matos, que fôra gerente da "Gazeta do Povo"; o quarto, propriedade e direção de Pacheco de Oliveira, sendo secretário Alfredo Pimentel, que, na juventude, servira na "A Bahia"; o quinto, edição matuina do "Diário de Notícias" de que se desincumbia Antônio Marques dos Reis e, finalmente, "A Noite", do poeta Melo Barreto Filho, que aqui residiu temporàriamente.

Também "A Tarde" e "O Imparcial" são dessa quadra, particularmente movimentada, como se vê. Anunciava-se "O Imparcial" (1918) como órgão de defesa dos interêsses do comércio, e foi seu pri-

meiro diretor Lemos Brito, que, poucos anos depois se transferia para o Rio de Janeiro, sucedendo-lhe Homero Pires. Várias fases experimentou, assinaladas pelos que se revestiam, sucessivamente, da sua direção intelectual.

O aparecimento, em 1912, da "A Tarde", órgão independente, de propriedade e direção de Simões Filho, tendo na redação Ranulfo Oliveira, hoje seu diretor, marca, sensacionalmente, a estréia, na Bahia, da imprensa moderna, pelo modêlo de "A Noite" que Irineu Marinho criára, com êxito, na capital do país. Entre suas primeiras realizações de ordem literária ainda hoje se evoca o concurso de contos que promoveu, e no qual obteve o primeiro prêmio o estudante de medicina, sergipano, Ranulfo Prata, que, no futuro, teria o seu nome incluído entre os dos apreciados contistas reginais brasileiros. Em rodapé na "A Tarde" exerceu Carlos Chiacchio, por longos anos, e com inigualada mestria, a crítica literária, aí acolhendo e apoiando a revolução modernista.

Já na República nova tiveram os católicos um órgão diário, o matutino "Era Nova" dirigido, de comêço, pelo Dr. Edgard Pitangueira, e, enfim pelo cônego Manoel Barbosa. As classes conservadoras, que agora, de preferência, se diziam "classes produtoras", lançaram, em janeiro de 1933, o "Estado da Bahia", òtimamente impresso, dirigindo-o o jornalista A. Marques dos Reis, menos de um mês depois substituído por Manços Chastinet, que, por sua vez, se despedia em julho, afirmando concluída a tarefa especial para que fôra convocado. Abre-se, então, a fase presidida por Aliomar Baleeiro, e caracterizada pelos editoriais versando, com serenidade e exatidão, os acontecimentos políticos da época e a conjuntura econômico-financeira. Incorporou-se, depois, o "Estado da Bahia" aos "associados" baianos, de atual e única direção de Odorico Tavares. O Partido Comunista, que viu o seu registro cancelado em 1947, manteve, por algum tempo, o jornal "O Momento". Com apenas um ano e pouco de vida, o matutino "Jornal da Bahia", fundado por João Falcão, detém o título de "benjamim" da família.

IMPRENSA PERIÓDICA

Uma referência circunstanciada à imprensa periódica, nos seus variados aspectos de literária ou científica, alongaria demasiado êste retrospecto, que se abrevia à medida que alcanca a éra contemporânea, por muito conhecidos, òbviamente, os fatos. Afora as quatro revistas de início invocadas, de primoroso contexto literário ou humorístico, notàvelmente "O Album", onde Lopes Rodrigues desenhava, registre-se a existência do "Saco de Gatos", "Os Anais", "Renascença", "A Fita", "A Luva", "A Única" (de 1929), que é a única que ainda circula. De duração mais curta foram "A Cegonha", "Melindrosa", "Esfera", "Revista da Bahia" (em 1921 e outra em 1935) e "Jornal de Ala".

JORNALISMO POLíTICO

Poderá existir imprensa neutra?, perguntava em editorial da sua lavra, no antigo "Correio da Tarde", Arlindo Fragoso. E concluia pela negativa, porque "neutra", absolutamente "neutra" fôra a imprensa que, além do título, não tivesse nada, uma imprensa em branco, a jeito de papel de embrulho com o enfeite de uns sinais anódinos, imprensa sem letras, sem fé, sem bandeira, sem opiniões, sem alma! Uma coisa qualquer, menos imprensa!".

Quem quer que percorra a história do jornalismo baiano encontrará, invariável e viva, a nota política. Uma imprensa, a nossa, permanentemente vigilante, corajosamente opinante! Nela, os poucos jornais que se diziam ou se dizem neutros não são mais do que apartidários, para nos prevalecermos de uma distinção daquêle mesmo cintilante articulista. Acentuamos, — não nos ocorre onde, — que a Bahia, afamada por seus oradores, não o seria menos por seus jornalistas políticos. Os que nos acompanharam até aqui nesta resenha terão por confirmado o conceito.

Dir-se-á que os baianos Montezuma e Silva Lisbôa, que com a pena de jornalista prestaram à causa da Independência os mais intrépidos serviços, traçaram, ao nascer da nacionalidade, o destino dos que nesta terra se dedicassem aos árduos misteres da imprensa.